

RESENHA¹

NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, Educação e Direitos Sociais – Asilo de Órfãs (1870-1960)*. Campinas: CMU Publicações, 2004.

O Tratamento Institucional à Orfandade Feminina em Campinas: do amparo ao controle social

Glauco **BARSALINI**

Faculdade Politécnica de Campinas
Faculdade de Jaguariúna

Muito importante o trabalho de doutorado da Professora Ana Maria Melo Negrão. Educadora há anos em Campinas, com sólida formação em Letras e em Direito, engajada em relevantes trabalhos sociais neste município, especialmente em defesa das mulheres, a autora de *Infância, Educação e Direitos Sociais – Asilo de Órfãs (1870-1960)*, tese orientada pela Professora Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini, ganha publicidade em uma bem cuidada edição pela CMU Publicações. A autora discute, nas 258 páginas de seu livro, que somadas com os Anexos (transcrição das entrevistas que realizou com senhoras que freqüentaram o Asilo de Órfãs em Campinas e cópia do Livro de Matrícula da mesma instituição) chega a 343 páginas, o surgimento, desenvolvimento e fim do Asilo de Órfãs de Campinas, dando ênfase na vivência de senhoras que lá foram internas, ou que lá trabalharam ou então estudaram. Promove, por meio de entrevistas, a reelaboração de sua memória sobre aquele tempo e a respeito de suas vidas, a partir da época em que deixaram o Asilo.

Utilizando-se metodologicamente da História Oral, Ana Maria,- peço licença para tratá-la apenas por Ana Maria já que tenho um carinho especial por ela, pois fui seu aluno-, não se contenta em buscar depoimentos quando entrevista as órfãs: vai além, procurando mesmo a reconstrução da história de vida dessas senhoras. Conforme citação que faz de Olga Rodrigues de Moraes von Simson,

¹ Resumo deste texto foi publicado na **Revista Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**. Ano 2005, no. 14, Campinas: Centro de Memória UNICAMP, Arte Escrita Editora, 2007.

“a diferença entre a história de vida e depoimento está na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar cada uma dessas técnicas, durante o diálogo com o informante. Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. Da vida de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que venham a inserir diretamente no trabalho (...) Voltando novamente às histórias de vida, embora o pesquisador subrepticamente dirija o colóquio, quem decide o que vai relatar é o narrador (...) Este é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor. Nada do que relata pode ser considerado supérfluo, pois tudo se encadeia para compor e explicar sua existência.”²

De família tradicional campineira, Ana Maria conta, na introdução de seu livro, que seu interesse pelo tema é antigo, pois sua mãe e tias ficaram órfãs de pai quando ainda crianças, o qual, por sua vez, fora curador de órfãos em Campinas. Suas tias foram, então, encaminhadas ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, embora residissem ao lado do Asilo de Órfãos, onde funcionavam o internato e o externato, dirigidos pelas Irmãs da Congregação Francesa de São José de Chambéry. Questionava-se, então, Ana Maria: por que as órfãs não foram encaminhadas ao asilo, onde seriam educadas conforme a tradição do ensino francês, tal como ocorria no Colégio Sagrado Coração de Jesus? O contraponto estava na presença, por três gerações, da “Tata”, apelido carinhoso dado a uma órfã de pai e mãe, agregada à família da autora, que como ela afirma “prestava inúmeros serviços domésticos sem qualquer remuneração.”³

A partir dessa vivência, a autora se lançou ao estudo do Asilo de Órfãos de Campinas, na busca de compreender os objetivos sociais de tal instituição, ao investigar seus propósitos regimentais e seu “ambiente sociomoral-religioso e filantrópico”, dedicando-se talvez com mais atenção às representações de tal ambiente na memória daquelas que nele e com ele conviveram.

² In: NEGRÃO, p. 13.

³ NEGRÃO, p. 9.

Antes, porém, de abordar sobre a vida das internas no Asilo de Órfãos de Campinas, Ana Maria escreve um não diminuto capítulo sobre “as origens sociohistórico-culturais das Santas Casas de Misericórdia”, em que demonstra o tratamento dado pela sociedade do século XIX aos enjeitados, destacando que a Santa Casa de São Paulo apresentava a “roda de expostos”, em contraste com a de Campinas, onde se optou pela não existência da roda. Obviamente, as famílias tradicionais de Campinas, quando queriam esconder a gravidez indesejada de alguma filha não casada, não mediam esforços para conduzir, no mais alto sigilo, o recém-nascido a São Paulo, onde dispunham da criança na “roda de expostos”, deixando, a seu lado, respeitável soma de riqueza, em dinheiro ou em jóias. A concepção moderna de mundo, todavia, que a sociedade campineira assume a partir de meados do século XIX, conforme demonstra José Roberto do Amaral Lapa⁴, deduzimos, não condiz com a existência ou manutenção de tal equipamento em qualquer instituição existente nesta cidade, pois a roda simbolizava o que havia de mais atrasado no que tange as relações de parentesco não desejadas, ranço de uma cultura medieval e portanto interpretada pelas mentes progressistas da cidade como brutal. Ana Maria demonstra que, ao invés da “roda de expostos”, Campinas optou pela criação dos Asilos de Órfãos e de Órfãos (este que deu origem, posteriormente, ao “Lyceo de Artes e Offícios”, e aquele que teve seu funcionamento interrompido na década de 1950), instituições destinadas a cuidar exclusivamente dos órfãos do município.

Ainda neste capítulo, o primeiro de seu livro, dedica um estudo relativamente extenso sobre o tratamento dado pelo direito aos órfãos ao longo da história universal, principiando pelo direito romano. Vai, depois, ao direito republicano brasileiro (e talvez faça isso na ânsia de entender melhor as possíveis relações entre o Direito e a vida social, preocupação evidente dos Sociólogos do Direito, cadeira que por anos a autora tem ministrado na PUC de Campinas e na UNISAL). Em seguida faz uma incursão sobre a “história da infância desvalida no Brasil”; e, finalmente, aborda a respeito do surgimento da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, ao que se segue o relato da vinda das Irmãs de São

⁴ Em *A Cidade, os Cantos e os Antros (Campinas 1850-1900)*, Edusp, 1996.

José de Chambéry, que assumiriam a direção interna da Santa Casa em 1876, cuidando também da direção e do ensino das órfãs no asilo, em prédio contíguo ao da Santa Casa. Não se deixa de notar certo tom de crônica em algumas partes desse capítulo, como o que se apresenta no momento em que discorre sobre a edificação da capela da Santa Casa ou mesmo antes, quando descreve os nomes de todos os irmãos fundadores da instituição.

José Roberto do Amaral Lapa, em seu livro *A Cidade, os Cantos e os Antros (Campinas 1850-1900)*, esclarece que o ensino em Campinas, no século XIX era extremamente abrangente do ponto de vista da oferta de escolas, como também, no que tange a pedagogia, progressista e avançado para a época, inclusive em relação às mulheres, educando-as para certo refinamento cultural.⁵ Observa, quase concluindo, o seguinte:

“Interessante registrar que, para a educação das meninas e jovens ricas, o catolicismo ultramontano, identificado com o ensino jesuítico, não penetrou em Campinas, possivelmente pela orientação liberal da oligarquia cafeeira local, que nesse sentido preferia o ensino laico, se possível de orientação positivista, maçônica e iluminista! O que se admitiu, em termos de ensino conservador e autoritário, foi responsabilizá-lo pela formação das órfãs da Santa Casa de Misericórdia e de suas coleguinhas do externato do mesmo estabelecimento.”⁶

Talvez mais importante do que a incursão na história da orfandade e da infância frente ao Direito, embora esse esforço mereça o devido reconhecimento, teria sido uma investigação mais apurada, neste primeiro capítulo, e ainda em parte do segundo capítulo, intitulado “O Asylo de Orphans: um imperativo emergente”, das seguintes questões: por que uma elite tão progressista quanto era a campineira nesta época teria permitido a instalação de um ensino jesuítico, símbolo da educação formal colonial, com a vinda das Irmãs de Chambéry, ainda que tal ensino fosse destinado às meninas pobres e órfãs, futura mão de obra

⁵ Realizava-se o aprendizado do francês, do piano, canto, dança e desenho, sem olvidar do ensino religioso, em paralelo ao treinamento para o futuro exercício da gestão doméstica, modelo este que alçava a mulher campineira da condição de mulher colonial à condição de mulher aristocrata.

⁶ LAPA, p. 166.

doméstica, e ao mesmo tempo objeto de preocupação social, no sentido de serem controladas para se tornarem, senão serviçais das famílias abastadas, exemplares mães de família, como muito bem a autora demonstra nos capítulos 2 e nos subseqüentes? Seria essa permissão fruto do reconhecimento pela mesma elite, de que, para tal intento, o ensino colonial era mais eficaz? Ou então, diferentemente, as mentes progressistas da cidade simplesmente caíram em uma armadilha, iniciando e alimentando por décadas uma contradição, incoerência em relação ao que acreditavam e fervorosamente defendiam, ao permitirem que uma instituição tão importante quanto era a Santa Casa de Misericórdia sustentasse um Asilo de Órfãs orientado por diretrizes do ensino colonial? Ou, ainda, simplesmente, a elite campineira concebia dois tipos de ensino nesta nova sociedade que se constituía: um para os ricos, que de coloniais deveriam se transformar em aristocratas, e outro para pobres, que deveriam ser disciplinados sob o princípio do medo e da compaixão tornando-se mão de obra dócil nesta mesma sociedade que se abria para a modernidade.⁷

Ana Maria oferece importantes pistas para responder a tais questões, afirmando mesmo, com todas as letras:

“Limpar o dormitório, esfregando areia e lixívia nas tábuas do assoado de joelhos, e depois puxar tudo isso com rodos ou, provavelmente, panos torcidos, configurava-se como tarefa extremamente árdua e mesmo perigosa para as crianças, não indicada para as meninas, por excessivamente pesada. Mas o regimento interno regravava o serviço doméstico da interna, em que a visão moralista, virtuosa e subserviente do trabalho contribuía para inscrever no espírito das órfãs o sentimento de inferioridade social, como advogam Baudelot e Establet (1975) ao asseverarem que o sistema escolar, ao mesmo tempo que segrega, impõe aos educandos um conjunto de representações ideológicas, disfarçando suas reais funções para a aceitação de uma condição subalterna.”⁸

⁷ É bom notar que, como afirma LAPA, Campinas é precursora, no Brasil, de simbólicos e significativos elementos do avanço tecnológico, como a introdução do uso do telefone (segunda cidade do mundo a fazê-lo) ou o registro de imagens em fotos, por Hércules Florense, seguidos, poucos anos depois, pela presença do cinematógrafo, que era capaz de realizar a “grande exposição de cenas de movimento natural, à Rua General Osório, 41”. (p. 31)

⁸ NEGRÃO, p. 109.

Um anterior tratamento mais concentrado sobre as questões acima colocadas, em nosso entendimento, se apresentaria como importante para o fortalecimento de tal conclusão, muito embora ainda no capítulo 2, nos subítens intitulados “Internação: uma necessidade social” e “Tutor ou senhor? Tutelada ou serviçal?” e nos capítulos subseqüentes, a autora tenha, com elogiável rigor científico, analisado, no que foi bastante feliz, o regimento interno do asilo de órfãs, realizando o contraponto, logo em seguida, com as representações resultantes da vivência das internas em conformidade com tal regimento. Ao analisar, aí, o trabalho infantil, porém, a pesquisadora chega a conclusões de certo modo conciliadoras, chegando a afirmar:

“A fala de Ci.⁹, no entanto, delata que no Asilo somente havia cozinheira e lavadeira, ficando a faxina por conta das órfãs, em grupos, isentando-se as externas, que permaneciam um tempo menor na instituição. Todavia, a educação diferenciada das órfãs pobres estava fundamentada em uma caridade que justificava essa heterogeneidade de tratamento, aceito aos olhos da sociedade.

E isso as meninas faziam, de forma natural, em espírito de irrestrita obediência e submissão. E, a julgar pelos depoimentos das egressas em sua grande maioria, o trabalho lá executado foi significativo para suas vidas, como será tratado em capítulo posterior, sem desconsiderar que as contradições se fizeram presentes.”¹⁰

Após instigante passeio por representações significativas na memória das internas, como a segregação inerente à seleção dos “anjinhos” da procissão, a ameaça do pecado nas épocas de retiro, o fomento à emulação entre as internas e as externas, a mistificação da gruta e o medo do salão nobre onde a irmandade se reunia, local de reclusão às castigadas, onde pairavam “fantasmas”, a repressão ao corpo, em que as meninas não podiam se tocar nem sequer na hora do banho, o recreio vigiado, - em contraponto ao “prazer das peraltices”, prática reativa das alunas mais ousadas -, a autora coloca a nu a história de vida das ex-

⁹ Uma das entrevistadas.

¹⁰ NEGRÃO, 137.

internas por ela entrevistadas, em que se revela na plenitude toda a subjetividade que se encerra na interpretação de mundo e na forma de vida dessas pessoas, o que acaba por corroborar a afirmação anterior de Ana Maria a respeito da naturalidade com que as internas lidavam com sua condição de submissão. Afinal, para quem não conheceu o melhor, não teve a oportunidade de ter uma família, um lar que as acolhesse e educasse, o modelo presente no orfanato passava a ser a sua referência de vida. Significativos os depoimentos de M.L.P.B., T.J.C. e Lr.M.¹¹, apresentados no final do último capítulo: a primeira lembra que sofria de eczema na cabeça quando fora internada, e que uma das irmãs, em inesquecível gesto de solidariedade, lhe dava sobremesa diferenciada. Afinal, no asilo ela foi cuidada com carinho e dedicação; a segunda afirma que “Gostava da educação de lá. Hoje sou o que sou pela educação de minha mãe que também estudou lá no Colégio da Santa Casa e aprendeu os mesmos costumes que eu aprendi lá. Acho que a criança é um brilhante que tem que ser polido”¹²; e, a última, por sua vez, lembrando-se que quando entrou no orfanato, encontrava-se muito doente pela anemia, diz que “O orfanato valeu a minha vida. O conforto e a atenção que eu tinha lá dentro foi muito bom e positivo mesmo; tenho saudade daquele tempo. Não me achava em posição de caridade. Porque vim de situação pior, lá era o paraíso.”¹³

A história de vida das ex-internas, todavia¹⁴, foi calcada nos princípios de submissão¹⁵, o que conduziu a sua vida a uma acomodação às relações entre as classes sociais impostas pela estrutura do capitalismo moderno, o que, ainda, lhes ofertou a sensação de felicidade, embora tenham sido mulheres e mães resignadas, uma delas chegando mesmo a relatar que encontrou em sua máquina de costura a sua melhor amiga...

¹¹ Abreviações dos nomes das entrevistadas.

¹² In: NEGRÃO, p. 224.

¹³ Op. Cit., p. 224.

¹⁴ Excetua-se, dentre as entrevistadas, uma das ex-órfãs, que teve a sorte de ser adotada por uma senhora da sociedade campineira, e que passou, por isso, a ser tratada como membro de tal sociedade, incluindo-se psicologicamente nela e não mais se identificando como “ex-órfã”.

¹⁵ Apenas uma delas não aceitou sua condição de submissão no mundo do trabalho (a mesma que, aliás, quando menina já apresentava a mesma postura de contestação no orfanato).

Ainda a respeito da criação do Asilo de Órfãos, não se pode deixar de registrar a pertinente relação que a pesquisadora faz do fortalecimento de tal instituição com a eclosão da epidemia da febre amarela, que de 1889 a praticamente toda a década de 1890 (apresentando-se, nesta década, como datas marcantes 1890, 1892, 1896, 1897), dizimou expressiva parte da população campineira, fazendo muitos órfãos e órfãs. Muito importante, também, é a apresentação do registro de órfãos internas matriculadas no Asilo, que se inicia no século XIX e avança pelo século XX, acompanhado de interessante análise sociológica e de algumas descobertas, como a manutenção de duas meninas russas no internato, não por motivo de orfandade, mas por razões de perseguição política a seu pai, durante a ditadura Vargas. No entanto, em relação ao fim da instituição, Ana Maria, em nosso entendimento, poderia ter se dedicado a investigar com mais profundidade as suas causas. Relata que na década de 1950 fortaleceu-se a tese de que o Asilo não poderia mais funcionar anexo ao Hospital, por razões pedagógicas e sanitárias, em cumprimento, inclusive, ao que dispunha o Código Sanitário. Iniciou-se, então, a busca por doações para a construção do novo prédio, tendo a Santa Casa recebido graciosamente um terreno na Avenida Rio de Janeiro, no bairro de São Bernardo, espaço que logo foi ampliado por nova doação, chegando a 20.617,30 metros quadrados. Porém, uma mudança nos rumos da política da Mesa conduziu seus membros a optarem por utilizar os legados deixados à Santa Casa para especulação imobiliária, deixando construir um prédio em seu terreno na Avenida Francisco Glicério, nos. 1265-1266; construindo o Cine Windsor sobre terreno doado por Carolina Prado Penteado, na Rua Regente Feijó; ou então arrendando um supermercado, erigido sobre legado doado pela neta do Marquês de Três Rios, na esquina das ruas Barão de Jaguará e Ferreira Penteado. Chegou-se a pensar em se utilizar o terreno da Avenida Rio de Janeiro para a construção da Faculdade de Medicina, que seria feita com polpidos recursos do Governo do Estado, mas, por fim, a Provedoria acabou por permutar “o prédio ainda inacabado da rua Rio de Janeiro por uma área de 65000 metros quadrados de terrenos loteados e com toda a infra-estrutura de

arruamento, iluminação, rede de água”¹⁶ que foi vendida, em troca do que se adquiriram várias unidades de prédios na Avenida Francisco Glicério, aumentando-se grandemente o patrimônio da Santa Casa. Não mais se falou na construção do novo prédio do Asilo de Órfãs.¹⁷

Antonio da Costa Santos¹⁸ demonstra como nos anos de 1930, em Campinas, prevalece uma forte preocupação a respeito do redesenho de seu traçado urbano, tendo sido criada, em 17 de maio de 1933 a Associação dos Engenheiros de Campinas, constituindo-se, nos próximos anos, uma Comissão de Melhoramentos Urbanos, a fim de se planejar da melhor forma possível tal remodelação. O projeto final, encaminhado à Câmara Municipal em 19 de abril de 1937 nunca, porém, teria sido votado, por força da dissolução desta Casa Legislativa em 10 de novembro de 1937¹⁹, quando passou a vigorar a nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pelo chefe do Estado Novo, Getúlio Vargas. Os governos municipais que se sucederam desde a intervenção, apesar de retomarem a idéia de se promover o novo planejamento urbano de Campinas, não o fizeram de forma democrática, resultando, nas palavras do autor, no seguinte quadro:

“A afirmação do anteprojeto como obra muito pouco aberta, objeto apenas de trocas políticas e negócios urbanos, interessaria às frações do capital local voltadas para a produção, apropriação e consumo do espaço, notadamente aquelas de caráter especulativo imobiliário, articuladas com a gestão estadual de Adhemar Pereira de Barros (...)”²⁰

e, conforme Ricardo de Souza Campos Badaró,

¹⁶ In: NEGRÃO, p. 120.

¹⁷ Ana Maria afirma: “Quanto ao Asilo de Órfãs, há um total silêncio nos relatórios que se seguem a esse período.” (NEGRÃO, p. 121)

¹⁸ Em sua tese de doutorado publicada sob o título “Campinas, das Origens ao Futuro – compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732 – 1992)”, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

¹⁹ A Câmara Municipal de Campinas somente será restabelecida novamente em 1º de janeiro de 1948, ficando, portanto, fechada por mais de uma década.

²⁰ SANTOS, p. 293.

“as comissões, ao marginalizarem propostas importantes para o planejamento global do município – entre as quais as de zoneamento – e, ao centrarem ênfase nas questões viárias e estéticas, deixaram lacunas na legislação aprovada. Por estas lacunas, mais tarde permearam os interesses do grupos vinculados ao capital imobiliário que passaram a pressionar a administração e os poderes públicos, quando se intensificou o processo de urbanização.”²¹

Como se pode notar, a partir do final dos anos 1930, Campinas rumou para um planejamento urbanístico de “remendos”, preocupando-se basicamente com a implementação de algumas remodelações específicas, como a construção de avenidas e de algumas praças, o que implicou na destruição de prédios e logradouros históricos, de enorme importância na identidade arquitetônica e cultural da cidade, dando azo a inúmeros empreendimentos de caráter meramente especulatório e privatista.

Fica claro, pelo que Ana Maria relata, que a Mesa da Santa Casa de Misericórdia dos anos de 1950 aderiu a esta nova mentalidade, preferindo a especulação à benemerência, utilizando de seu legado para ampliar seu patrimônio, em detrimento, no caso em estudo, da manutenção do sonho de Padre Vieira: o Asilo de Órfãos.

Da transição de cidade colonial a cidade aristocrática, e desta a centro urbano referencial do desenvolvimento industrial brasileiro nas últimas três décadas e meia, o Asilo de Órfãos, ao lado da Santa Casa de Misericórdia, constitui-se como uma instituição simbólica, representativa. O estudo de tal instituição, além de, por si, ser extremamente pertinente, é fundamental para que se possa compreender melhor as transformações pelas quais este importante município passou durante a sua modernização. Pelo Asilo passaram muitas vidas, que se desenvolveram e desempenharam um insubstituível papel humano nesta comunidade, gerando novas vidas e auxiliando no crescimento de Campinas. Com muita honestidade acadêmica e pessoal Ana Maria Melo Negrão se debruçou sobre este assunto, desempenhando um papel talvez muito mais importante do

²¹ In: SANTOS, p. 294.

que o de remontar uma face da história de Campinas: o de reconstruir uma face da história pessoal das ex-internas do Asilo de Órfãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade, os Cantos e os Antros (Campinas, 1850-1900)**. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das Origens ao Futuro. Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.